

## ESP-HOSPITAL DAS CLINICAS DE BOTUCATU

**Edital 191/2026****Informações Básicas**

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
191/2026	92501-ESP-HOSPITAL DAS CLINICAS DE BOTUCATU	MARCOS VINICIO MATHIAS BOTELHO	11/06/2026 11:17 (v 0.5)
Status	ASSINADO		

**Outras informações**

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		143.00007598/2026-35

**1. EDITAL PREGÃO 90191/2026 - HCFMB****PREGÃO ELETRÔNICO: 90191/2026****CONTRATANTE: HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU - HCFMB****UASG: 092501****OBJETO: AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES (PROTESE VALVULAR, ETC)****DATA DA SESSÃO PÚBLICA: DIA 26/06/2026 - 09:00 HORAS (HORÁRIO DE BRASÍLIA)****Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR [GRUPO]****MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO****PREFERÊNCIA(EXCLUSIVIDADE) ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO**

## **EDITAL**

### **HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU - HCFMB**

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90191/2026**

### **PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 143.00007598/2026-35**

Torna-se público que o(a) Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu - HCFMB, por meio do(a) Núcleo de Licitações, sediado(a) Av. Prof. Mário Rubens Guimarães Montenegro, s/nº - Rubião Júnior, Botucatu/SP, CEP 18.618-687, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022 e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

#### **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES (PROTESE VALVULAR, ETC) conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

#### **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. Trata-se de licitação para registro de preços, em que as regras referentes aos órgãos ou entidades gerenciador e participante(s), bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços apresentada como Anexo deste Edital.

#### **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para os itens/grupos (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13) a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o subitem 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos subitens 3.6.2. e 3.6.3. equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos subitens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10).

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. Nesta licitação para registro de preços, o licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para futura contratação, nos termos da documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**5.3.1. Os valores propostos deverão ser grafados em moeda corrente nacional, preços unitários e totais, por item, em algarismos, com descrição detalhada dos materiais ofertados, marca, procedência, modelo e/ou referência, dados técnicos e quando aplicável, o número do Registro no Ministério da Saúde. Considerando-se, também, nos valores propostos a isenção do ICMS prevista no art. 55, do Anexo I, do Regulamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, conforme disposto no Decreto Estadual de n. 48.034/03, ou seja, sem a carga tributária do ICMS apurados à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.**

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.9.1. Caso seja definido no início deste Edital o critério de julgamento por maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos na subdivisão acima.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital) ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1% sobre o valor unitário do item**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto na subdivisão acima, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. No procedimento de que trata a subdivisão anterior, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas nas duas subdivisões anteriores, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo (conforme o critério de julgamento estabelecido no início deste Edital) definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. Nesta licitação para registro de preços, não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de realização ou entrega, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

7.13. Considerando a exigência de apresentação de amostra(s) na documentação que integra este Edital como Anexo, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do licitante classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Edital como Anexo, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local, data e horário de realização do procedimento para a avaliação da(s) amostra(s) (em conformidade com a exigência estabelecida neste Edital), cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.13.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.13.3. Se não houver entrega da(s) amostra(s) ou se ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou se houver entrega de amostra(s) fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.13.3.1. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes na documentação que integra este Edital como Anexo.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados na documentação que constitui Anexo deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no subitem 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que item objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra este Edital como Anexo, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.1.2. A ata de registro de preços será assinada com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável, e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.2. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes na documentação que integra este Edital, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.3. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

9.5. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas neste item 9, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, observado o disposto no item 10 deste Edital.

## **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

a) dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

b) dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. As contratações respeitarão a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário na forma da alínea “a” da subdivisão anterior não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão, na ordem de classificação, aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A fase de apresentação de amostra(s) ou de execução de prova de conceito que seja exigida na documentação que integra este Edital, quando houver, e a habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva serão efetuadas quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos neste Edital; ou

b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou o cancelamento parcial do registro de preços, nas hipóteses previstas no item 9 da Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra este Edital como Anexo.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra este Edital, poderá:

a) convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observados o disposto neste item 10 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **11. DOS RECURSOS**

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico <https://sei.sp.gov.br/>.

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.5.4. deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra este Edital; ou

12.1.5.5. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra em desacordo com as especificações do Edital;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação ou a ata de registro de preços (caso se trate de licitação para registro de preços) no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.10.3. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no subitem 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos subitens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação ou a ata de registro de preços (caso se trate de licitação para registro de preços) no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.21. Tratando-se de licitação para registro de preços:

12.21.1. Será da competência do órgão ou entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

12.21.2. Será da competência do respectivo órgão ou entidade participante, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

12.21.3. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora as ocorrências descritas no subitem anterior.

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo(s) seguinte(s) meio(s): E-mail: m.botelho@unesp.br; d.bassetto@unesp.br.

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado no subitem subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) endereço(s) eletrônico(s) na Internet <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de nota de empenho;

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa);

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

14.2.2.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

14.2.2.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica o reconhecimento pelo adjudicatário:

14.2.2.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;

14.2.2.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

14.2.2.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.5. dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação.

14.2.2.3.7. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico <https://hcfmb.unesp.br/>

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos: 14.15.1. ANEXO I – Cópia da Resolução CGE Nº 031, de 04 de setembro de 2025.

14.15.2. ANEXO II - Termo de Justificativa - Orçamento Sigiloso

14.15.3. ANEXO III - Termo de Referência;

14.15.3. ANEXO IV – Minuta de Ata de Registro de Preços.

14.15.4. ANEXO V – Minuta do Termo de Comodato.

## 2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JOSE CARLOS SOUZA TRINDADE FILHO**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 11/06/2026 às 11:17:48.*

**ANEXO I**

**Cópia Resolução CGE Nº 031, de 04 de setembro de 2025**

*Dispõe e regulamenta os procedimentos sancionatórios, no âmbito da Controladoria Geral do Estado, e dá providências correlatas.*

O **CONTROLADOR GERAL DO ESTADO**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 3º e 5º, da Lei Complementar nº 1.419, de 27 de dezembro de 2024, c/c artigo 28, inciso II, do Anexo I, do Decreto estadual nº 69.183, de 18 de dezembro de 2024; e

Considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, às contratações públicas, bem como a necessidade de adequar os processos sancionatórios ao que dispõem os artigos 155 a 163 do referido diploma legal,

**RESOLVE:**

**CAPÍTULO I**

**<DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 1º** - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, deverá obedecer ao disposto nesta Resolução.

**Artigo 2º** - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional para com a Controladoria Geral do Estado, que incidir nas infrações relacionadas no artigo 155 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ficará sujeito às sanções administrativas do artigo 156 do mesmo diploma legal.

**Parágrafo único** - Em caso de atraso injustificado, a multa de mora será aplicada de acordo com os parâmetros também fixados nesta Resolução em disposição própria.

**Artigo 3º** - Serão aplicadas as seguintes sanções administrativas:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta, Autarquias e Fundações do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§1º - A multa de mora será aplicada nos casos de atraso injustificado na execução do contrato e a multa compensatória nos casos de inexecução parcial ou total do contrato.

§2º - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados, devidamente apurado.

§3º - As sanções previstas nos incisos I, III, e IV deste artigo poderão ser aplicadas

**Superintendência do Hospital das Clínicas**

Av. Prof. Mário Rubens Guimarães Montenegro, s/n | Unesp Campus de Botucatu  
CEP: 18.618-687 | Botucatu | São Paulo | Brasil  
Tel. (14) 3811-6215 | 3811-6218 | 3811-6100  
www.hcfmb.unesp.br | superintendencia.hcfmb@unesp.br  
Núcleo de Compras | Tel. (14)3811-6086 | pregao.hcfmb@unesp.br

cumulativamente com a multa.

**Artigo 4o** - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 3º, serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como os danos que dela provierem para a Controladoria Geral do Estado;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme as normas e orientações dos órgãos de controle.

§1º - São consideradas circunstâncias agravantes da sanção:

- 1. a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Controladoria Geral do Estado, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;
- 2. a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
- 3. a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;
- 4. a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;
- 5. a reincidência na infração;
- 6. a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§2º - São circunstâncias atenuantes da sanção:

- 1. a falha escusável do licitante ou contratado;
- 2. apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;
- 3. a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;
- 4. a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta.

## **CAPÍTULO II DAS SANÇÕES**

### **Seção I - Da Advertência**

**Artigo 5o** - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, que justifique a imposição de penalidade mais grave.

### **Seção II - Da Multa**

**Artigo 6o** - A multa prevista no inciso II do artigo 156, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155, ambos da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, será calculada na forma desta Resolução ou na forma de eventual previsão específica distinta no edital ou no contrato, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou

#### **Superintendência do Hospital das Clínicas**

Av. Prof. Mário Rubens Guimarães Montenegro, s/n | Unesp Campus de Botucatu  
CEP: 18.618-687 | Botucatu | São Paulo | Brasil  
Tel. (14) 3811-6215 | 3811-6218 | 3811-6100  
www.hcfmb.unesp.br | superintendencia.hcfmb@unesp.br  
Núcleo de Compras | Tel. (14)3811-6086 | pregao.hcfmb@unesp.br

celebrado com contratação direta.

**Artigo 7o** - A inexecução parcial do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

I - No caso de obras e serviços de engenharia, 20% (vinte por cento) do saldo contratual não realizado;

II - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 15% (quinze por cento) do saldo contratual não realizado;

III - No caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento) por dia de inexecução, calculado sobre o valor diário do contrato.

**Artigo 8o** - A inexecução total do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

I - No caso de obras e serviços de engenharia e prestação de serviços contínuos, 10% (dez por cento) do valor do contrato;

II - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 30% (trinta por cento) do valor do contrato;

**Artigo 9o** - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, da imediata perda da garantia de proposta.

**Artigo 10** - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, nos termos do artigo 162 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo estipulado, na seguinte conformidade:

I - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

b) 1% (um por cento) ao dia, a partir do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à da alínea "a" supra;

c) Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

II - no caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento), calculados sobre o valor diário do contrato. Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução do contrato, sem prejuízo de que tal caracterização reste constada pela Administração em lapso temporal inferior, dadas as características do serviço prestado.

III - no caso de obras e serviços de engenharia, 1% (um por cento) na primeira ocorrência e 2% (dois por cento) quando houver reincidência, calculados sobre o valor correspondente ao saldo contratual não realizado.

**Parágrafo único** - Na contagem dos prazos referidos nos incisos I e II deste artigo serão considerados dias corridos.

**Artigo 11** - A multa de mora poderá ser convertida em compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

**Artigo 12** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de

#### **Superintendência do Hospital das Clínicas**

Av. Prof. Mário Rubens Guimarães Montenegro, s/n | Unesp Campus de Botucatu

CEP: 18.618-687 | Botucatu | São Paulo | Brasil

Tel. (14) 3811-6215 | 3811-6218 | 3811-6100

www.hcfmb.unesp.br | superintendencia.hcfmb@unesp.br

Núcleo de Compras | Tel. (14)3811-6086 | pregao.hcfmb@unesp.br

pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se for o caso, ou cobrada judicialmente.

**Artigo 13** - Fica dispensada a instauração de processo administrativo sancionatório quando for constatado que a multa a ser imposta à contratada é irrisória.

**Parágrafo único** - Para os efeitos desta Resolução, é considerado irrisório o valor de multa igual ou inferior a 05 (cinco) Unidades Fiscais do Estado de São Paulo - UFESPs, vigente para o exercício financeiro, mantidos, entretanto, os registros no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP.

**Artigo 14** - É obrigatória a instauração de processo administrativo sancionatório, mesmo para a hipótese de multa com valor irrisório - em caso de constatação de conduta que, em tese, possa ensejar a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e/ou declaração de inidoneidade ao contratado.

**Artigo 15** - A dispensa referida no artigo 13 desta Resolução deve ser motivada pela autoridade competente para a sua aplicação e instruída com cálculo do valor da multa em tese cabível, possibilitando conferência pelos órgãos de controle, se o caso.

**Artigo 16** - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela contratante, em edital e/ou contrato, contado do recebimento da comunicação da recusa.

§1º - O pedido de prorrogação para entrega ou execução do objeto deverá ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

§2º - A ausência de regularização do objeto dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas nesta Resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

### **Seção III - Do Impedimento de Licitar e Contratar**

**Artigo 17** - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos adiante especificados do caput do artigo 155 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelos seguintes prazos:

I - por 2 (dois) meses, no caso de infração prevista no inciso IV;

II - por 3 (três) meses, no caso de infrações previstas nos incisos V a VII;

III - por 1 (um) ano, no caso de infração prevista no inciso II;

IV - por 2 (dois) anos, no caso de infração prevista no inciso III;

**Parágrafo único** - Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso até o prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

### **Seção IV - Da Declaração de Inidoneidade**

**Artigo 18** - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do caput do artigo 155 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como, se estiver justificada a imposição de penalidade mais grave por aquelas previstas nos incisos II a VII do caput do mesmo artigo, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis)

#### **Superintendência do Hospital das Clínicas**

Av. Prof. Mário Rubens Guimarães Montenegro, s/n | Unesp Campus de Botucatu

CEP: 18.618-687 | Botucatu | São Paulo | Brasil

Tel. (14) 3811-6215 | 3811-6218 | 3811-6100

www.hcfmb.unesp.br | superintendencia.hcfmb@unesp.br

Núcleo de Compras | Tel. (14)3811-6086 | pregao.hcfmb@unesp.br

anos.

§1º - O prazo a que alude o caput deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitando o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos, nos termos do §5º, do artigo 156, da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

§2º - Para os fins do inciso X do caput do artigo 155 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, bem como o cometimento de fraude de qualquer natureza.

### **CAPÍTULO III**

#### **DO PROCEDIMENTO SANCIONATÓRIO**

**Artigo 19** - A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da execução contratual, à autoridade competente visando a iniciação do procedimento.

**Parágrafo único** - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quando do início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do §4º, do artigo 137, da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**Artigo 20** - Configurada a hipótese de aplicação de advertência ou multa, os responsáveis, uma vez instaurado o processo sancionatório, serão intimados para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da comunicação, cabendo ao Subsecretário de Gestão Corporativa decidir sobre o sancionamento.

**Parágrafo único** - Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constada, para oportuna decisão conjunta.

**Artigo 21** - A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 2º, desta Resolução, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, indicados pelo Subsecretário de Gestão Corporativa, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§1º - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

§2º - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§3º - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§4º - Os processos sancionatórios deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução ao Subsecretário de Gestão Corporativa para fins de avaliação do seu processamento e eventual análise jurídica.

**Artigo 22** - O relatório final da comissão a que alude o artigo 21 desta Resolução será encaminhado ao Subsecretário de Gestão Corporativa, a quem compete:

#### **Superintendência do Hospital das Clínicas**

Av. Prof. Mário Rubens Guimarães Montenegro, s/n | Unesp Campus de Botucatu  
CEP: 18.618-687 | Botucatu | São Paulo | Brasil  
Tel. (14) 3811-6215 | 3811-6218 | 3811-6100  
www.hcfmb.unesp.br | superintendencia.hcfmb@unesp.br  
Núcleo de Compras | Tel. (14)3811-6086 | pregao.hcfmb@unesp.br

I - aplicar a sanção de impedimento de licitar e contratar;

II - encaminhar o processo ao Controlador Geral do Estado, autoridade competente para aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

**Artigo 23** - Da decisão do Subsecretário de Gestão Corporativa que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

§1º - O recurso de que trata o caput deste artigo deverá ser dirigido à autoridade sancionadora, que deverá no prazo de até 05 (cinco) dias úteis proferir decisão de mérito para rever ou manter a decisão recorrida;

§2º - Caso a autoridade sancionadora decida pela manutenção da decisão recorrida, deverá, imediatamente, submeter o recurso ao Controlador Geral do Estado, que decidirá sobre suas condições de admissibilidade e o seu mérito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis.

**Artigo 24** - A aplicação da sanção estabelecida no inciso IV, do artigo 3º, desta Resolução (declaração de inidoneidade para licitar) é de competência exclusiva do Controlador Geral do Estado, e será precedida de análise pelo órgão jurídico.

**Artigo 25** - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento.

**Artigo 26** - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado.

**Artigo 27** - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**Parágrafo único** - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

**Artigo 28** - A intimação dos atos relativos à aplicação de sanções será feita mediante expedição de ofício ao(s) representante(s) relacionado(s) no contrato, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico nele indicados, que deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

§1º - Resultando infrutífera a intimação a que refere o caput deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

§2º - Nos processos eletrônicos instaurados na Controladoria Geral do Estado, as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações - SEI ou em outro que venha a substituí-lo.

**Artigo 29** - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa, não ocorrendo a quitação, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN, e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

**Artigo 30** - A prescrição para aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 2º, desta Resolução, ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

**Superintendência do Hospital das Clínicas**

Av. Prof. Mário Rubens Guimarães Montenegro, s/n | Unesp Campus de Botucatu  
CEP: 18.618-687 | Botucatu | São Paulo | Brasil  
Tel. (14) 3811-6215 | 3811-6218 | 3811-6100  
www.hcfmb.unesp.br | superintendencia.hcfmb@unesp.br  
Núcleo de Compras | Tel. (14)3811-6086 | pregao.hcfmb@unesp.br

I - interrompida, pela instauração do processo de responsabilidade a que refere o caput do artigo 21 desta Resolução;

II - suspensão, pela celebração de acordo de leniência, previsto na Lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão, por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

**Artigo 31** - Encerrada a instância administrativa, as sanções deverão ser registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo - CAUFESP, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, bem como, conforme o caso, comunicadas as autoridades competentes, para fins de anotações nos demais cadastros de controle, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis.

**Artigo 32** - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183, da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

#### **CAPÍTULO IV**

#### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Artigo 33** - A presente Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

**Artigo 34** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

(Processo SEI nº 009.00001090/2025-79)

**WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO**  
Controlador Geral do Estado

#### **Superintendência do Hospital das Clínicas**

Av. Prof. Mário Rubens Guimarães Montenegro, s/n | Unesp Campus de Botucatu  
CEP: 18.618-687 | Botucatu | São Paulo | Brasil  
Tel. (14) 3811-6215 | 3811-6218 | 3811-6100  
www.hcfmb.unesp.br | superintendencia.hcfmb@unesp.br  
Núcleo de Compras | Tel. (14)3811-6086 | pregao.hcfmb@unesp.br

## ESP-HOSPITAL DAS CLINICAS DE BOTUCATU

## Termo de Referência 186/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
186/2026	92501-ESP-HOSPITAL DAS CLINICAS DE BOTUCATU	PRISCILA NUNES ROSA	10/04/2026 12:45 (v 0.8)
Status			
DISPONIBILIZADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	117/2026	14300007598/2026-35

## 1. Definição do objeto

## CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preços para futura aquisição de Órteses, Próteses e Materiais Especiais – OPME, a serem utilizados em procedimentos cirúrgicos do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu – HCFMB, abrangendo válvulas biológicas mitral e aórtica porcina e kits de circulação extracorpórea adulto, infantil e neonatal, **com fornecimento em sistema de consignação, parcelamento por lote e comodato dos equipamentos necessários ao lote 02**, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

Lote	Item	Especificação	CATMAT	Unidade	Qtde	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	1	PROTESE VALVULAR BIOLOGICA MITRAL PORCINA; EM TECIDO ANIMAL PORCINO COM TRATAMENTO ANTI CALCIFICANTE; COM ANEL POLIMERICO FLEXIVEL E REVESTIDO; COM DACRON; RESISTENTE A FADIGA; COM FORMA MITRAL,BAIXO PERFIL; COM TAMANHO 27MM; COM ESTERILIZACAO ESTERIL COM COMPROVAÇÃO DE CONTROLE DE QUALIDADE; EMBALAGEM SECUNDARIA, CONTENDO INSTRUÇÕES DE USO, RESISTENTEDADOS DE IDENT., ETC.;	MV - 27447 SIAF - 2656400 CGOV - 406191	UNIDADE	12	Sigiloso	Sigiloso
01	2	PROTESE VALVULAR BIOLOGICA MITRAL PORCINA; EM TECIDO ANIMAL PORCINO COM TRATAMENTO ANTICALCI FICANTE; COM ANEL POLIMERICO FLEXIVEL E REVESTIDO; COM DACRON; RESISTENTE A FADIGA; COM FORMA MITRAL,BAIXO PERFIL; COM TAMANHO 29MM; COM ESTERILIZACAO ESTERIL COM	MV - 27446 SIAF - 2656418 CGOV - 406192	UNIDADE	12	Sigiloso	Sigiloso

		COMPROVAÇÃO DE CONTROLE DE QUALIDADE; EMBALAGEM SECUNDARIA, CONTENDO INSTRUÇÕES DE USO, RESISTENT DADOS DE IDENT., ETC.;					
01	3	PROTESE VALVULAR BIOLOGICA MITRAL PORCINA; EM TECIDO ANIMAL PORCINO C /TRATAMENTO ANTICALCIFICANTE; COM ANEL POLIMERICO FLEXIVEL E REVESTIDO; COM DACRON; RESISTENTE A FADIGA; COM FORMA MITRAL,BAIXO PERFIL; COM TAMANHO 31MM; COM ESTERILIZACAO ESTERIL COM COMPROVAÇÃO DE CONTROLE DE QUALIDADE; EMBALAGEM SECUNDARIA, CONTENDO INSTRUÇÕES DE USO, RESISTENTEDADOS DE IDENT., ETC.;	MV - 27445  SIAF - 2656426  CGOV - 406193	UNIDADE	12	Sigiloso	Sigiloso
01	4	PROTESE VALVULAR BIOLOGICA MITRAL PORCINA; EM TECIDO ANIMAL PORCINO COM TRATAMENTO ANTICALCIFICANTE; COM ANEL POLIMERICO FLEXIVEL E REVESTIDO; COM DACRON; RESISTENTE A FADIGA; COM FORMA MITRAL,BAIXO PERFIL; COM TAMANHO 33 MM; COM ESTERILIZACAO ESTERIL COM COMPROVAÇÃO DE CONTROLE DE QUALIDADE; EMBALAGEM SECUNDARIA, CONTENDO INSTRUÇÕES DE USO, RESISTENTEDADOS DE IDENT., ETC.;	MV - 27444  SIAF - 2656434  CGOV - 406194	UNIDADE	12	Sigiloso	Sigiloso
01	5	PROTESE VALVULAR BIOLOGICA AORTICA PORCINA; EM TECIDO ANIMAL PORCINO COM TRATAMENTO ANTICALCIFICANTE; COM ANEL POLIMERICO FLEXIVEL E REVESTIDO; COM DACRON; RESISTENTE A FADIGA; FORMA AORTICA,BAIXO PERFIL; COM TAMANHO 21MM; COM ESTERILIZACAO QUIMICA COM COMPROVAÇÃO DE CONTROLE DE QUALIDADE; EMBALAGEM INDIVIDUAL, COM APRESENTACAO DO PRODUTO OBEDECENDO A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE.	MV - 27438  SIAF - 2656450  CGOV - 406184	UNIDADE	12	Sigiloso	Sigiloso
01	6	PROTESE VALVULAR BIOLOGICA AORTICA PORCINA; EM TECIDO ANIMAL PORCINO COM TRATAMENTO ANTICALCIFICANTE; COM ANEL POLIMERICO FLEXIVEL E REVESTIDO; COM DACRON; RESISTENTE A FADIGA; FORMA AORTICA,BAIXO PERFIL; COM TAMANHO 23MM; COM ESTERILIZACAO ESTERIL COM COMPROVAÇÃO DE CONTROLE DE QUALIDADE; EMBALAGEM SECUNDARIA, CONTENDO INSTRUÇÕES DE USO, RESISTENTDDADOS DE IDENT., ETC.	MV - 27437  SIAF - 2656469  CGOV - 406185	UNIDADE	12	Sigiloso	Sigiloso

01	7	PROTESE VALVULAR BIOLOGICA AORTICA PORCINA; EM TECIDO ANIMAL PORCINO COM TRATAMENTO ANTICALCIFICANTE; COM ANEL POLIMERICO FLEXIVEL E REVESTIDO; COM DACRON; RESISTENTE A FADIGA; FORMA AORTICA,BAIXO PERFIL; COM TAMANHO 25MM; COM ESTERILIZACAO QUIMICA COM COMPROVACAO DE QUALIDADE; EMBALAGEM INDIVIDUAL, COM APRESENTACAO DO PRODUTO OBEDECENDO A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE.	MV - 27436 SIAF - 2656477 CGOV - 406186	UNIDADE	12	Sigiloso	Sigiloso
01	8	PROTESE VALVULAR BIOLOGICA AORTICA PORCINA; EM TECIDO ANIMAL PORCINO COM TRATAMENTO ANTICALCIFICANTE; COM ANEL POLIMERICO FLEXIVEL E REVESTIDO; COM DACRON; RESISTENTE A FADIGA; FORMA AORTICA,BAIXO PERFIL; COM TAMANHO 27MM; COM ESTERILIZACAO QUIMICA COM COMPROVAÇÃO DE CONTROLE DE QUALIDADE; EMBALAGEM INDIVIDUAL, COM APRESENTACAO DO PRODUTO OBEDECENDO A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE.	MV - 27435 SIAF - 2656485 CGOV - 406187	UNIDADE	12	Sigiloso	Sigiloso
01	9	PROTESE VALVULAR BIOLOGICA AORTICA PORCINA; EM TECIDO ANIMAL PORCINO COM TRATAMENTO ANTICALCIFICANTE; COM ANEL POLIMERICO FLEXIVEL E REVESTIDO; COM DACRON; RESISTENTE A FADIGA; FORMA AORTICA,BAIXO PERFIL; COM TAMANHO 29MM; COM ESTERILIZACAO QUIMICA COM COMPROVAÇÃO DE CONTROLE DE QUALIDADE; EMBALAGEM INDIVIDUAL, COM APRESENTACAO DO PRODUTO OBEDECENDO A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE;	MV - 28499 SIAF - 5244919 CGOV - 406188	UNIDADE	12	Sigiloso	Sigiloso
01	10	PROTESE VALVULAR BIOLOGICA MITRAL PORCINA; EM TECIDO ANIMAL PORCINO COM TRATAMENTO ANTI CALCIFICANTE; COM ANEL POLIMERICO FLEXIVEL E REVESTIDO; COM DACRON; RESISTENTE A FADIGA; COM FORMA MITRAL,BAIXO PERFIL; COM TAMANHO 25MM; COM ESTERILIZACAO ESTERIL COM COMPROVAÇÃO DE CONTROLE DE QUALIDADE; EMBALAGEM SECUNDARIA, CONTENDO INSTRUÇÕES DE USO, RESISTENTEDADOS DE IDENT., ETC.;	MV - 28498 SIAF - 5244927 CGOV - 406190	UNIDADE	12	Sigiloso	Sigiloso
02	11	KIT PARA CIRCULACAO EXTRA CORPOREA, NEONATAL, COMPOSTO POR RESERVATORIO, HEMOCONCENTRATOR, OXIGENADOR E FILTRO	MV - 24259 SIAF - 5381304	UNIDADE	24	Sigiloso	Sigiloso

		<p>ARTERIAL, RESERVATORIO COM CAPACIDADE DE VOLUME DE ATÉ 800ML, SELADO PARA USO COM VACUO, FILTRO ARTERIAL DEVERÁ FAZER PARTE DO CONJUNTO OU INTEGRADO AO OXIGENADOR, COM FLUXO ARTERIAL MÁXIMO DE ATÉ 2,5 L/MIN, OXIGENADOR DE MEMBRANAS DE FIBRAS OCAS COM FLUXO MÁXIMO DE ATÉ 1,5 L/MIN, COM CONECTOR DE ENTRADA VENOSA DE 3/16"-1/4" E CONECTOR DE SAÍDA ARTERIAL DE 3/16"-1/4", COM OU SEM REVESTIMENTO DE BIOCOMPATIBILIDADE, SÍTIO PARA COLETA DE AMOSTRA ARTERIAL E VENOSA COM CONEXÃO LUER LOCK, CONJUNTO DE TUBOS COMPATÍVEL PRE-MONTADOS PARA MÁQUINAS DE CIRCULAÇÃO EXTRACORPÓREA IMPORTADA, COM CAVA DUPLA, FABRICADO EM PVC, LINHA VENOSA 1/4" X 1/4" X 3/8", LINHA ARTERIAL DE 1/4" E LINHA ARTERIAL EXTRA DE 3/8", ROLETE ARTERIAL DA CACAPA MAIOR QUE 50CM, SEM CONECTORES DE CACAPAS NAS LINHAS DOS ASPIRADORES, ACESSÓRIOS COM CONECTOR RETO DE 1/4" X 1/4", CONECTOR RETO 3/16" X 1/4", CONECTOR RETO 1/4" X 3/8", CONECTOR Y 1/4" X 1/4" X 1/4", LINHAS DE RECICLURAÇÃO, LINHA DE GAS, LINHA DE BOMBA CENTRÍFUGA DE 3/8", TUBOS DE CAMPO ENVOLVIDOS EM UM BLISTER/BANDEJA TRANSPARENTE E ACESSÓRIOS EM EMBALAGEM INDIVIDUAL. CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, N DE LOTE, VALIDADE, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E REGISTRO NA ANVISA, ESTERIL, EMBALADO EM EMBALAGEM DUPLA, INDIVIDUAL E RESISTENTE, DEVE SER COMPATÍVEL COM MÁQUINA DE CIRCULAÇÃO EXTRACORPÓREA MARCA LIVA NOVA MODELO S5.</p>	CGOV - 424626				
02	12	<p>KIT PARA CIRCULAÇÃO EXTRA CORPÓREA, INFANTIL, COMPOSTO POR RESERVATORIO, HEMOCONCENTRATOR, OXIGENADOR, RESERVATORIO COM CAPACIDADE DE VOLUME DE ATÉ 800ML, SELADO PARA USO COM VACUO, FILTRO ARTERIAL DEVERÁ FAZER PARTE DO CONJUNTO OU INTEGRADO AO OXIGENADOR, COM FLUXO ARTERIAL MÁXIMO DE ATÉ 2,5 L/MIN, OXIGENADOR DE MEMBRANAS DE FIBRAS OCAS COM FLUXO MÁXIMO DE ATÉ 2,5 L/MIN, COM CONECTOR DE ENTRADA VENOSA DE 3/16"-1/4" E CONECTOR DE SAÍDA ARTERIAL DE 3/16"-1/4", COM OU SEM REVESTIMENTO DE BIOCOMPATIBILIDADE, SÍTIO PARA COLETA DE AMOSTRA ARTERIAL E VENOSA COM CONEXÃO LUER LOCK, CONJUNTO DE TUBOS COMPATÍVEL</p>	<p>MV - 24260</p> <p>SIAF - 5381312</p> <p>CGOV - 424630</p>	UNIDADE	24	Sigiloso	Sigiloso

		PRE-MONTADOS PARA MAQUINAS DE CIRCULACAO EXTRACORPOREA IMPORTADA, COM CAVA DUPLA, FABRICADO EM PVC, LINHA VENOSA 1/4" X 1/4" X 3/8", LINHA ARTERIAL DE 1/4" E LINHA ARTERIAL EXTRA DE 3/8", ROLETE ARTERIAL DA CACAPA MAIOR QUE 50CM, SEM CONECTORES DE CACAPAS NAS LINHAS DOS ASPIRADORES, ACESSORIOS COM CONECTOR RETO DE 1/4" X 1/4", CONECTOR RETO 3/16" X 1/4", CONECTOR RETO 1/4" X 3/8", CONECTOR Y 1/4" X 1/4" X 1/4", LINHAS DE RECICURLACAO, LINHA DE GAS, LINHA DE BOMBA CENTRIFUGA DE 3/8", TUBOS DE CAMPO ENVOLVIDOS EM UM BLISTER/BANDEJA TRANSPARENTE E ACESSORIOS EM EMBALAGEM INDIVIDUAL. CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, N DE LOTE, VALIDADE, TIPO DE ESTERILIZACAO E REGISTRO NA ANVISA, ESTERIL, EMBALADO EM EMBALAGEM DUPLA, INDIVIDUAL E RESISTENTE, DEVE SER COMPATÍVEL COM MÁQUINA DE CIRCULAÇÃO EXTRACORPÓREA MARCA LIVA NOVA MODELO S5.					
02	13	KIT PARA CIRCULACAO EXTRA CORPOREA, ADULTO, COMPOSTO POR RESERVATORIO, HEMOCONCENTRADOR, OXIGENADOR, RESERVATORIO COM CAPACIDADE DE VOLUME DE ATE 4500ML, SELADO PARA USO COM VACUO, FILTRO ARTERIAL DEVERA FAZER PARTE DO CONJUNTO OU INTEGRADO AO OXIGENADOR, COM FLUXO ARTERIAL MAXIMO DE ATE 8,0 L/MIN, OXIGENADOR DE MEMBRANAS DE FIBRAS OCAS COM FLUXO MAXIMO DE ATE 8,0 L/MIN, COM CONECTOR DE ENTRADA VENOSA DE 1/2" E CONECTOR DE SAIDA ARTERIAL DE 3/8", COM OU SEM REVESTIMENTO DE BIOCOMPATIBILIDADE, SITIO PARA COLETA DE AMOSTRA ARTERIAL E VENOSA COM CONEXAO LUER LOCK, CONJUNTO DE TUBOS COMPATIVEL COM MAQUINA DE CIRCULACAO EXTRACORPOREA IMPORTADA, COM CAVA DUPLA, PVC, LINHA VENOSA 3/8" X 3/8" X 1/2" E ARTERIAL DE 3/8", ROLETE ARTERIAL DA CACAPA MAIOR QUE 50CM, SEM CONECTORES DE CACAPAS NAS LINHAS DOS ASPIRADORES, ACESSORIOS COM CONECTOR RETO DE 3/8"8X1/2 E CONECTOR Y 1/4X1/4X1/4, LINHAS DE RECIRCULACAO, LINHA DE GAS, LINHA PARA BOMBA CENTRIFUGA DE 3/8, TUBOS DE CAMPO ENVOLVIDOS EM BLISTER/BANDEJA TRANSPARENTE E ACESSORIOS EM EMBALAGEM SECUNDARIA, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, N DE LOTE, VALIDADE, TIPO	MV - 24261 SIAF - 5381320 CGOV - 424629	UNIDADE	300	Sigiloso	Sigiloso

		DE ESTERILIZACAO E REGISTRO NA ANVISA, ESTERIL, EMBALADO EM EMBALAGEM DUPLA, INDIVIDUAL E RESISTENTE, DEVE SER COMPATÍVEL COM MÁQUINA DE CIRCULAÇÃO EXTRACORPÓREA MARCA LIVA NOVA MODELO S5.					
--	--	--	--	--	--	--	--

- 1.1.1.** Em caso de eventual divergência entre a descrição do item constante no catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecerão as disposições deste Termo de Referência.
- 1.1.2.** Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com a Lei nº 14.133, de 2021, o Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023, e o Decreto Estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.
- 1.2.** Os bens objeto desta contratação são caracterizados como **bens comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.
- 1.3.** O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no art. 20 da Lei nº 14.133, de 2021, e no Decreto Estadual nº 67.985, de 2023.
- 1.4.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados da data de sua publicação, na forma da legislação aplicável.
- 1.5.** A disciplina aplicável à vigência da contratação, inclusive quanto à emissão de empenhos, fornecimento parcelado, consignação e eventual formalização contratual complementar, será aquela estabelecida na Ata de Registro de Preços e, quando houver, no instrumento contratual correspondente.

**Subcontratação**

- 1.6.** A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual, sem prévia e expressa autorização da Administração, observado o disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

**2. Fundamentação da contratação**

- 2.1.** A fundamentação da contratação e a definição dos quantitativos estão detalhadas no Estudo Técnico Preliminar – ETP, especialmente nos itens que justificam a adoção do Sistema de Registro de Preços, sob o regime de consignação, com parcelamento por lote, para aquisição de Órteses, Próteses e Materiais Especiais – OPME, compreendendo válvulas biológicas mitral e aórtica porcina e kits de circulação extracorpórea adulto, infantil e neonatal, considerando a variabilidade da demanda, a imprevisibilidade do consumo e a necessidade de pronta disponibilidade dos materiais.
- 2.2.** O Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu – HCFMB, unidade vinculada à Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e referência regional do Sistema Único de Saúde – SUS, realiza procedimentos de média e alta complexidade, especialmente na área de cirurgia cardíaca, demandando a disponibilidade contínua, imediata e segura de OPME compatíveis com os protocolos clínicos e assistenciais atualizados, bem como com as especificações técnicas exigidas para cada tipo de procedimento cirúrgico.
- 2.3.** A adoção do regime de consignação por lote permite que os materiais estejam disponíveis sempre que demandados, com faturamento condicionado à efetiva utilização, assegurando maior eficiência operacional, redução de riscos de desabastecimento, melhor gestão de estoques e racionalização do uso dos recursos públicos, especialmente considerando o elevado custo unitário e a criticidade dos insumos envolvidos.

## 2.4. Justificativa Específica

2.4.1. Os sistemas de OPME objeto desta contratação, notadamente válvulas biológicas mitral e aórtica porcina e kits de circulação extracorpórea adulto, infantil e neonatal, constituem insumos críticos utilizados em procedimentos de cirurgia cardíaca, exigindo compatibilidade técnica entre implantes, circuitos, oxigenadores, reservatórios, linhas, cânulas, acessórios e demais componentes necessários à adequada execução dos procedimentos.

2.4.2. A indisponibilidade desses materiais inviabiliza a realização das cirurgias programadas ou de urgência, podendo acarretar agravamento do quadro clínico dos pacientes, aumento do tempo de internação e elevação dos custos assistenciais.

2.4.3. O parcelamento por lote preserva a compatibilidade técnica entre os componentes de cada sistema, assegura a padronização assistencial, permite adjudicação independente por lote e amplia a competitividade do certame, sem prejuízo à segurança do paciente ou à adequada execução contratual.

2.5. O eventual desabastecimento dos referidos insumos pode ocasionar a suspensão de cirurgias eletivas e emergenciais, prolongamento de internações hospitalares, aumento do risco de complicações clínicas e elevação da judicialização da assistência à saúde, além de impactar negativamente os custos operacionais, especialmente em contratações emergenciais, em desacordo com os princípios da economicidade, eficiência e planejamento.

2.6. Assim, a contratação planejada, mediante Registro de Preços e fornecimento em consignação por lote, resguarda o interesse público, assegura a continuidade e a qualidade dos serviços prestados e encontra-se alinhada ao Decreto Estadual nº 68.017/2023.

2.7. O objeto da contratação encontra-se previsto no Plano de Contratações Anual – **PCA 2026, sob o nº 92501-117/2026**, nos termos do Decreto Estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme registrado nas informações básicas deste Termo de Referência.

## 3. Descrição da solução

3.1. Nos termos do art. 5º, inciso IV, do Decreto Estadual nº 68.017/2023, a solução escolhida consiste na contratação de **Órteses, Próteses e Materiais Especiais – OPME, de uso recorrente e padronizado no âmbito do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu – HCFMB, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar – ETP, abrangendo válvulas biológicas mitral e aórtica porcina e kits de circulação extracorpórea adulto, infantil e neonatal, a serem fornecidos em sistema de consignação, com comodato dos equipamentos aplicáveis ao lote 02.**

3.2. A solução foi estruturada de forma a contemplar todo o ciclo de vida do objeto, incluindo fornecimento, disponibilidade imediata, utilização assistencial, rastreabilidade, controle de estoque, retirada dos materiais não utilizados e atendimento às exigências regulatórias sanitárias, assegurando a continuidade da assistência e a segurança do paciente.

### 3.3. Forma de contratação e justificativa

3.3.1. Os objetos a serem adquiridos enquadram-se na categoria de bens comuns, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por apresentarem padrões de desempenho, qualidade e características técnicas usuais de mercado, o que viabiliza sua contratação por meio da modalidade Pregão Eletrônico.

3.3.2. A contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços – SRP, com fornecimento em regime de consignação, pelo período de 12 (doze) meses, permitindo maior flexibilidade operacional e logística à Administração, com fornecimentos ajustados à efetiva demanda assistencial.

3.3.3. O fornecimento parcelado justifica-se pela variabilidade da demanda, diretamente relacionada ao volume de internações, à complexidade dos casos atendidos e às indicações clínicas dos procedimentos de cirurgia cardíaca, evitando formação excessiva de estoque, perdas por vencimento e aquisições emergenciais.

3.3.4. A adoção do SRP, associada ao parcelamento por lote, favorece a ampliação da competitividade, a economicidade do certame e a adequada gestão contratual, conforme diretrizes estabelecidas no Decreto Estadual nº 68.017/2023.

3.3.5. Para fins de processamento da licitação em ambiente eletrônico, será adotado o item do Catálogo de Compras do Governo Federal (SIAFINET) mais compatível com a descrição constante da relação de itens deste Termo de Referência, sem prejuízo da análise técnica detalhada.

### **3.4. Escopo da solução**

3.4.1. A solução contempla a disponibilização contínua dos materiais consignados nas dependências do HCFMB, com faturamento condicionado exclusivamente à efetiva utilização, garantindo pronta resposta às demandas assistenciais e segurança na execução dos procedimentos cirúrgicos.

3.4.2. Ao término da vigência da Ata de Registro de Preços, os materiais consignados não utilizados deverão ser retirados pela empresa detentora da Ata, sem qualquer ônus adicional para a Administração, encerrando adequadamente o ciclo de vida do objeto.

3.4.3. Ao término da vigência da Ata de Registro de Preços, os equipamentos disponibilizados em regime de comodato deverão ser retirados pela contratada no prazo fixado pela Administração, sem ônus ao HCFMB, ressalvados os casos de continuidade contratual.

### **3.5. Requisitos técnicos referentes aos itens propostos**

3.5.1. Em razão das especificações técnicas próprias de cada fabricante, poderão ocorrer pequenas variações dimensionais nas medidas ofertadas, desde que previamente avaliadas e validadas pela equipe técnica da Contratante e que não comprometam a compatibilidade, a segurança e a funcionalidade dos materiais.

### **3.6. Obrigações técnicas e documentais do fornecedor**

#### **3.6.1. Documentações exigidas na fase de análise técnica**

##### **3.6.1.1. Registro Sanitário junto à ANVISA**

Deverá ser apresentado registro sanitário vigente, notificação simplificada ou publicação no Diário Oficial da União – DOU. Será aceito protocolo de revalidação de registro vencido, nos termos do Decreto nº 8.077/2013. Para produtos isentos de registro, deverá ser apresentada documentação comprobatória ou justificativa técnica. A ausência de registro ou protocolo válido implicará na desclassificação da proposta.

##### **3.6.1.2. Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle – CBPF**

Exigido para produtos classificados como Classe de Risco III, IV ou Máximo Risco. Caso vencido, será aceito protocolo de renovação, nos termos da RDC nº 39/2013, acompanhado do certificado anterior. Para produtos importados, deverá ser apresentado CBPF do país de origem, com tradução juramentada, ou laudo de inspeção emitido pela autoridade sanitária brasileira. Produtos classificados como Classe de Risco I e II ficam dispensados dessa exigência, salvo alteração normativa.

##### **3.6.1.3. Descrição técnica do produto**

Deverá ser apresentada documentação técnica atualizada (bula, catálogo, manual ou folheto), legível e redigida em língua portuguesa, para fins de análise de conformidade técnica e compatibilidade com o objeto licitado.

#### **3.6.2. Assistência técnica e inventário**

3.6.2.1. Quando necessário, a empresa detentora da Ata deverá disponibilizar assistência técnica especializada, com profissional qualificado, para esclarecimento de dúvidas relativas ao material durante o procedimento cirúrgico, mediante solicitação da unidade requisitante do HCFMB.

3.6.2.2. A empresa deverá realizar inventário mensal dos produtos consignados, em conjunto com o servidor responsável, com a finalidade de manter o controle do estoque conforme as quantidades pactuadas, assegurando rastreabilidade, conformidade e ausência de inconsistências.

### **3.7. Sustentabilidade e desempenho**

3.7.1. A solução contratada incorpora critérios de sustentabilidade ambiental, nos termos do art. 20 do Decreto Estadual nº 68.017/2023, priorizando o uso de embalagens recicláveis ou de menor volume, o cumprimento das normas técnicas vigentes e o controle da rastreabilidade dos lotes, de modo a assegurar a segurança assistencial e a minimização de riscos ao paciente.

## 4. Requisitos da contratação

### 4.1. Requisitos gerais

4.1.1. Os produtos deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, devendo ser compatíveis com os procedimentos de cirurgia cardíaca, incluindo válvulas biológicas mitral e aórtica porcina e kits de circulação extracorpórea adulto, infantil e neonatal.

4.1.2. Os materiais deverão possuir registro vigente junto à ANVISA, ou estar devidamente regularizados conforme a legislação sanitária aplicável.

4.1.3. Os produtos deverão ser novos, estéreis (quando aplicável), de primeiro uso e acondicionados de forma a garantir sua integridade até o momento da utilização.

4.1.4. Deverá ser assegurada a rastreabilidade completa dos produtos, incluindo lote, validade e identificação do fabricante, conforme normas sanitárias vigentes.

4.1.5. O fornecimento deverá ocorrer em regime de consignação, com disponibilidade contínua dos materiais nas dependências do HCFMB.

### 4.2. Sustentabilidade

4.2.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.2.1.1. Os bens deverão ser preferencialmente acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

### 4.3. Garantia da contratação

4.3.1. Não haverá exigência de garantia da contratação, nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

## 5. Modelo de execução do objeto

5.1. O fornecimento dos bens será realizado em sistema de consignação por lote, considerando a natureza dos procedimentos cirúrgicos a que se destinam os materiais, devendo a empresa detentora da Ata assegurar a disponibilidade integral dos itens adjudicados, sempre que formalmente demandada pela Administração, nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

5.2. Para cada lote adjudicado, a empresa fornecedora deverá disponibilizar os materiais, acessórios e, quando aplicável, equipamentos compatíveis necessários à realização dos procedimentos de cirurgia cardíaca, observadas as especificações técnicas de cada sistema, bem como prestar o apoio técnico necessário à execução dos procedimentos, sem ônus adicional à Administração, incluindo, quando solicitado, a disponibilização de profissional qualificado para suporte técnico em sala cirúrgica.

5.3. A empresa deverá assegurar a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e acessórios fornecidos em regime de comodato, quando aplicável, em conformidade com as recomendações do fabricante e as normas sanitárias vigentes, garantindo sua funcionalidade, segurança e rastreabilidade durante toda a vigência da Ata.

5.4. O regime de consignação não implica a obrigatoriedade de manutenção de estoque físico permanente nas dependências do HCFMB, permanecendo, contudo, sob inteira responsabilidade da empresa fornecedora a garantia de disponibilidade integral dos materiais consignados, nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, sempre que demandados pela Administração.

## 5.5. Quantitativo mínimo em consignação por lote

### 5.5.1. **Lote I** – Válvulas biológicas porcinas (mitral e aórtica):

A detentora deverá manter quantitativo mínimo suficiente para atendimento à programação cirúrgica eletiva e às demandas de urgência e emergência, conforme quantitativos estimados no Estudo Técnico Preliminar.

### 5.5.2. **Lote II** – Kits de circulação extracorpórea:

A contratada deverá fornecer, em sistema de consignação, os seguintes **kits mínimos completos**:

- **Itens 11 e 12 – circulação neonatal e infantil:** 03 (três) kits completos de cada item;
- **Item 13 – circulação adulta:** 10 (dez) kits completos.

5.5.3. **Para o Lote II**, a contratada deverá fornecer, em regime de **comodato**, 01 (uma) máquina de circulação extracorpórea, com as seguintes características técnicas mínimas obrigatórias:

- sistema de roletes;
- suporte para soro;
- misturadores adulto e infantil;
- sistema de cardioplegia acoplado;
- voltagem 127/220V (bivolt ou com chave seletora);
- rodízios para transporte.

5.5.3.1. A máquina fornecida em comodato deverá estar em perfeito estado de funcionamento, acompanhada de certificado de manutenção preventiva vigente, quando aplicável, e documentação técnica correspondente.

5.5.4. Deverão acompanhar obrigatoriamente o equipamento os seguintes acessórios:

- blender;
- fluxômetros;
- conexões;
- sistema de vácuo.

5.5.5. A contratada deverá fornecer manuais operacionais em língua portuguesa (Brasil), abrangendo instalação, operação, limpeza e manutenção.

## 5.6. Prazo de disponibilização e reposição

5.6.1. O prazo para disponibilização do estoque inicial dos materiais consignados será de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da solicitação formal da Administração.

5.6.2. A reposição dos materiais efetivamente utilizados deverá ocorrer em até **72 (setenta e duas) horas**, contadas da comunicação formal da Administração.

5.6.3. Em situações de **urgência**, devidamente justificadas pela equipe assistencial, os materiais deverão ser entregues no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, contadas da solicitação formal.

5.6.4. Em situações de **emergência, com risco iminente de morte**, os materiais deverão ser disponibilizados **imediatamente, no mesmo dia da solicitação, observado o prazo máximo de 12 (doze) horas**.

## 5.7. Local de entrega e condições de recebimento

5.7.1. A entrega dos materiais consignados será realizada na:

**Unidade de Órteses e Próteses – Centro Cirúrgico – Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu – UNESP, Avenida Prof. Mário Rubens Guimarães Montenegro, Distrito UNESP – Botucatu/SP – CEP 18618-687, de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 16h30.**

5.7.2. Os materiais deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal de remessa/consignação, contendo, no mínimo, identificação do produto, número do lote, data de validade e quantidade.

5.7.3. No ato da entrega, o preposto da empresa deverá permanecer no local até a conclusão da conferência dos materiais.

5.7.4. O HCFMB realizará o recebimento provisório após verificação da conformidade com as especificações técnicas.

5.7.5. A ausência do preposto da empresa no momento da conferência não afastará sua responsabilidade integral por eventuais divergências.

5.7.6. Os bens deverão ser entregues com embalagem íntegra e inviolada, contendo rótulo e bula em língua portuguesa.

5.7.7. O transporte deverá observar rigorosamente os critérios sanitários e de segurança, preservando a qualidade, integridade e esterilidade dos produtos.

5.7.8. A empresa será responsável pela substituição imediata dos materiais entregues em desacordo com as especificações técnicas, com defeito ou danificados.

## 5.8. Garantia, manutenção e assistência técnica

5.8.1. O prazo de garantia dos produtos observará o disposto na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), sem prejuízo de outras garantias aplicáveis.

5.8.2. **Lote I** – Válvulas biológicas porcinas:

A empresa vencedora deverá fornecer, sem custo adicional, os respectivos **medidores compatíveis com as válvulas ofertadas**, com as seguintes características mínimas:

- medidores vazados ou fenestrados;
- visualização da via de saída do ventrículo esquerdo;
- visualização clara do encaixe no anel valvar.

5.8.3. **Lote II** – Kits de circulação extracorpórea:

A empresa deverá fornecer, obrigatoriamente e sem ônus adicional, os equipamentos de circulação extracorpórea em regime de comodato, compatíveis com os kits ofertados, pelo período de vigência da Ata.

5.8.4. Todos os materiais do **Lote II** deverão ser compatíveis com o equipamento de circulação extracorpórea pertencente ao HCFMB, da marca **LiveNova**, modelo **S5**, conforme especificações técnicas.

## 6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, devendo tais circunstâncias ser registradas mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante da contratada para reunião inicial destinada à apresentação do plano de fiscalização, contendo informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros aspectos pertinentes.

### 6.6. Fiscalização

6.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s), nos termos do art. 117, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.

### 6.7. Fiscalização Técnica

6.7.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução contratual, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, nos termos do art. 17 do Decreto Estadual nº 68.220, de 2023.

6.7.2. O fiscal técnico anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados, nos termos do art. 117, §1º, **da Lei nº 14.133, de 2021**.

6.7.3. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle contratual, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto, quando cabível.

6.7.4. O fiscal técnico informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de providências que ultrapassem sua competência.

6.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

## **6.8. Fiscalização Administrativa**

6.8.1. O fiscal administrativo verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, eventuais glosas, garantias, apostilamentos e termos aditivos, solicitando, se necessário, documentos comprobatórios pertinentes.

6.8.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato quando a providência ultrapassar sua competência.

6.8.3. Sempre que solicitado pelo Contratante, a contratada deverá comprovar o cumprimento da reserva legal de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social ou aprendiz, bem como outras reservas previstas em normas específicas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **6.9. Gestor do Contrato**

6.9.1. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial, bem como dos atos preparatórios à instrução processual, visando, entre outros, à prorrogação, alteração, reequilíbrio econômico-financeiro, pagamento, eventual aplicação de sanções e extinção contratual.

6.9.2. O gestor acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada para fins de empenho e pagamento, registrando eventuais problemas que obstem a liquidação da despesa.

6.9.3. O gestor emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, com menção ao desempenho na execução contratual e às eventuais penalidades aplicadas.

6.9.4. O gestor adotará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização, quando cabível, para fins de aplicação de sanções, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.9.5. O gestor deverá elaborar relatório final contendo informações sobre a consecução dos objetivos que justificaram a contratação, bem como eventuais medidas de aprimoramento para futuras contratações.

6.9.6. O gestor encaminhará a documentação pertinente ao setor competente para formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor apurado pela fiscalização.

# **7. Critérios de medição e pagamento**

## **Procedimento pós-uso do material consignado e recebimento da nota fiscal de venda**

**7.1.** Após a utilização do material consignado, a instituição encaminhará comunicação formal ao fornecedor, contendo, no mínimo, as informações referentes ao material utilizado, identificação da cirurgia realizada, dados do paciente, lote, quantidade utilizada e demais informações necessárias à rastreabilidade e ao faturamento.

**7.2.** Posteriormente, será emitido e encaminhado à empresa o respectivo empenho referente à utilização efetiva do material, ficando a contratada autorizada, a partir de então, a emitir a **Nota Fiscal de Venda de Mercadoria Recebida em Consignação Mercantil**, a qual deverá ser enviada para o endereço eletrônico: **opme.hcfmb@unesp.br**.

**7.3.** O fornecedor terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da emissão do empenho, para emissão e envio da Nota Fiscal de Venda de Mercadoria Recebida em Consignação Mercantil. O descumprimento do prazo sujeitará a contratada às penalidades previstas na Portaria SHCFMB e demais normas aplicáveis.

**7.4.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após verificação interna da conformidade documental, técnica e administrativa, com consequente aceitação mediante termo detalhado.

**7.5.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser, excepcionalmente, prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para aferição do atendimento das exigências contratuais.

**7.6.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, havendo parcela incontroversa, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação à contratada para emissão da Nota Fiscal/Fatura referente exclusivamente à parcela incontroversa, para fins de liquidação e pagamento.

**7.7.** O prazo para a solução, pela contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal, fatura ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação da despesa, não será computado para fins de recebimento definitivo.

**7.8.** A contratada deverá manter registro da rastreabilidade do material efetivamente faturado, incluindo número de lote, validade, fabricante e vinculação ao procedimento realizado, sempre que solicitado pela Administração.

## **8. Critérios de seleção do fornecedor**

### **8.1. Critérios de medição**

**8.1.1.** A medição para fins de pagamento será realizada com base na efetiva utilização dos materiais consignados, devidamente comprovada por meio de registros assistenciais, relatórios de consumo e demais documentos que assegurem a rastreabilidade dos itens utilizados.

**8.1.2.** O pagamento será efetuado exclusivamente em relação aos materiais efetivamente utilizados nos procedimentos cirúrgicos, sendo vedado o pagamento por materiais disponibilizados em consignação e não utilizados.

### **8.2. Critérios de pagamento**

**8.2.1.** Para fins de liquidação da despesa, a contratada deverá apresentar a Nota Fiscal de Venda de Mercadoria Recebida em Consignação Mercantil, emitida conforme disposto no item 7 deste Termo de Referência.

**8.2.2.** O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, desde que devidamente atestados pela fiscalização do contrato.

**8.2.3.** Para fins de pagamento, será verificada a regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

**8.2.4.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal, inconsistência nos dados ou descumprimento de condições contratuais, o prazo para pagamento ficará suspenso até a regularização, sem ônus para a Administração.

**8.2.5.** Nos casos de atraso de pagamento não imputável à contratada, será devida atualização financeira, conforme índice oficial adotado pela Administração.

**8.2.6.** Na hipótese de glosa parcial, será assegurado o pagamento da parcela incontroversa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.2.7.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária em conta indicada pela contratada.

**8.2.8.** É vedada a antecipação de pagamento, salvo hipóteses legalmente previstas.

### **8.3. Forma de seleção do fornecedor**

**8.3.1.** O fornecedor será selecionado por meio de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.3.2.** O critério de julgamento será o de menor preço por lote, observadas as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.

### **8.4. Forma de fornecimento**

**8.4.1.** O fornecimento do objeto será realizado de forma contínua e parcelada, conforme a demanda da Administração, em regime de consignação.

### **8.5. Exigências de habilitação**

Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar os requisitos abaixo.

### **8.5.1. Habilitação jurídica**

- 8.5.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.5.1.2. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio oficial;
- 8.5.1.3. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.5.1.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil;
- 8.5.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
- 8.5.1.6. Filial, sucursal ou agência: inscrição do ato constitutivo correspondente;
- 8.5.1.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação, estatuto social e documentos de eleição dos administradores;
- 8.5.1.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **8.5.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 8.5.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 8.5.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional;
- 8.5.2.3. Prova de regularidade com o FGTS;
- 8.5.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- 8.5.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal;
- 8.5.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual quanto ao ICMS;
- 8.5.2.7. Comprovação de eventual isenção tributária;
- 8.5.2.8. Benefício ao MEI conforme LC nº 123/2006.

### **8.5.3. Qualificação econômico-financeira**

- 8.5.3.1. Certidão negativa de insolvência civil;
- 8.5.3.2. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial.

### **8.5.4. Qualificação técnica**

- 8.5.4.1. Licença da Vigilância Sanitária;
- 8.5.4.2. Autorização de Funcionamento emitida pela ANVISA.

### **8.5.5. Outras comprovações – Cooperativas**

- 8.5.5.1. Tratando-se de cooperativas, será exigida documentação complementar.
- 8.5.5.2. Relação dos cooperados;
- 8.5.5.3. DRSCI;
- 8.5.5.4. Regimento dos fundos;
- 8.5.5.5. Edital e ata da última assembleia;
- 8.5.5.6. Ata autorizando a contratação;
- 8.5.5.7. Auditoria contábil-financeira;
- 8.5.5.8. Documentação comprobatória do regime cooperado.

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: O valor estimado da contratação tem caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.]

## 10. Adequação orçamentária

10.1. A presente licitação compatibiliza-se com as leis orçamentárias, sendo que a indicação da dotação orçamentária somente será exigida para a formalização de contratação decorrente do sistema de registro de preços

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Encaminho à autoridade competente para autorização da contratação conforme proposto.

**PRISCILA NUNES ROSA**

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 10/04/2026 às 10:13:45.

Despacho: Autorizo a contratação, encaminhe ao setor de contratações, conforme proposto.

**KAREN ALINE BATISTA DA SILVA**

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 10/04/2026 às 11:42:11.

## ANEXO II

### TERMO DE JUSTIFICATIVA – ORÇAMENTO SIGILOSO

**ÓRGÃO:** Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu - HCFMB

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:** 143.00007598/2026-35

**OBJETO:** AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES (PROTESE VALVULAR, ETC)

**1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL** A presente justificativa fundamenta-se no **Art. 24 da Lei nº 14.133/2021**, que faculta à Administração Pública conferir caráter sigiloso ao orçamento estimado da contratação, desde que devidamente motivado, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das informações técnicas necessárias para a elaboração das propostas. **2. MOTIVAÇÃO E INTERESSE PÚBLICO** A opção pelo sigilo do valor de referência para esta contratação visa atender aos princípios da eficiência, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa, baseando-se nos seguintes pontos: • **Estímulo à Competitividade Real:** Ao desconhecer o teto aceitável, os licitantes são compelidos a apresentar propostas baseadas em seus custos reais e margens de mercado, em vez de simplesmente "ancorarem" seus preços no valor máximo da Administração. • **Mitigação de Riscos de Colusão:** O sigilo dificulta a coordenação de lances e a formação de cartéis, uma vez que as empresas não possuem um parâmetro público para alinhar suas estratégias de cobertura ou divisão de lotes. • **Eficiência na Negociação:** A ausência de valor público no edital preserva a estratégia do pregoeiro, que poderá conduzir a fase de negociação com maior efetividade após a etapa de lances. • **Fomento à Expertise:** Exige-se que as empresas interessadas possuam capacidade técnica para orçar o objeto com precisão, desestimulando a participação de licitantes sem estrutura que dependem do valor estimado para formular propostas.

### 3. TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

Fica garantido que:

**a) Órgãos de Controle:** O valor estimado será disponibilizado integralmente aos órgãos de controle interno e externo de forma imediata e permanente.

**b) Divulgação Posterior:** O sigilo será levantado e o orçamento será tornado público imediatamente após o encerramento da fase de julgamento de propostas/lances.

**c) Informações Técnicas:** Todos os quantitativos, especificações e memoriais descritivos permanecem públicos para assegurar a plena elaboração das propostas.

### 4. CONCLUSÃO

Diante do exposto, entende-se que a manutenção do orçamento sob sigilo é a estratégia que melhor preserva o interesse público e a busca pelo menor preço para o HCFMB no presente certame.

Botucatu, na data da assinatura digital.

#### Superintendência do Hospital das Clínicas

Av. Prof. Mário Rubens Guimarães Montenegro, s/n | Unesp Campus de Botucatu  
CEP: 18.618-687 | Botucatu | São Paulo | Brasil  
Tel. (14) 3811-6215 | 3811-6218 | 3811-6100  
www.hcfmb.unesp.br | superintendencia.hcfmb@unesp.br  
Núcleo de Compras | Tel. (14)3811-6086 | pregao.hcfmb@unesp.br

**ANEXO III**

**MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU - HCFMB  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 164/2026**

O(A) HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU - HCFMB, com sede no(a) Av. Prof. Mário Rubens Guimarães Montenegro, s/nº - Rubião Júnior, CEP 18.618-687, na cidade de Botucatu/SP, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 12.474.705/0001-20, neste ato representado(a) pelo(a)..... (cargo e nome), no uso da competência conferida pela legislação aplicável, considerando o resultado obtido conforme o processo administrativo nº ...../202..., publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em ..... de ...../...../202....., processo administrativo n.º ....., resolve celebrar a presente ATA de REGISTRO DE PREÇOS, procedendo ao registro dos preços do(s) fornecedor(ES) indicado(s) e qualificado(s) nesta ata, de acordo com a classificação por ele(s) alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, c/c o Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais preceitos da legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de ....., especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo ..... do edital de Licitação nº ...../....., que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade mínima a ser cotada, a quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)
---

Item	Quant.	Cód.	Especificação	Marca/Modelo	Embalagem	Unidade	Valor Unit.
------	--------	------	---------------	--------------	-----------	---------	-------------

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

**Superintendência do Hospital das Clínicas**

Av. Prof. Mário Rubens Guimarães Montenegro, s/n | Unesp Campus de Botucatu  
CEP: 18.618-687 | Botucatu | São Paulo | Brasil  
Tel. (14) 3811-6215 | 3811-6218 | 3811-6100  
www.hcfmb.unesp.br | superintendencia.hcfmb@unesp.br  
Núcleo de Compras | Tel. (14)3811-6086 | pregao.hcfmb@unesp.br

### **3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1. O órgão gerenciador será o .....(nome do órgão)....

3.2. *Além do gerenciador, não há [ou] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:*

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

### **4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Não será admitida a adesão a esta ata de registro de preços, conforme justificativa apresentada no estudo técnico preliminar.

### **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. O prazo de vigência e validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de termo aditivo para prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, não haverá quantitativo adicional, de modo que, no período de vigência da prorrogação, somente poderá haver contratação da quantidade ainda não contratada do quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. A contratação decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e serão observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do instrumento da contratação deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A formalização da contratação com os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços deverá ocorrer no prazo de validade deste instrumento.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. As contratações respeitarão a ordem de classificação dos fornecedores registrados nesta ata.

5.5. O registro de fornecedores que esteja incluído nesta ata na forma de anexo - ao se verificar a existência de fornecedor(es) que tenha(m) aceitado cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário ou que tenha(m) mantido sua proposta original - consiste na formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. A fase de apresentação de amostra(s) que seja exigida na documentação que integra o

#### **Superintendência do Hospital das Clínicas**

Av. Prof. Mário Rubens Guimarães Montenegro, s/n | Unesp Campus de Botucatu

CEP: 18.618-687 | Botucatu | São Paulo | Brasil

Tel. (14) 3811-6215 | 3811-6218 | 3811-6100

www.hcfmb.unesp.br | superintendencia.hcfmb@unesp.br

Núcleo de Compras | Tel. (14)3811-6086 | pregao.hcfmb@unesp.br

instrumento convocatório, quando houver, e a habilitação do(s) fornecedor(es) que compõe(m) o cadastro de reserva na hipótese a que se refere o item 5.5, será(ão) efetuada(s) quando houver necessidade de contratação do(s) fornecedor(es) remanescente(s), por impossibilidade de atendimento da demanda pelo signatário da ata, observada a disciplina estabelecida nesta ata e no instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

5.7. O preço registrado, com indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência desta ata de registro de preços.

5.8. Caso se caracterize hipótese de impossibilidade de atendimento da demanda pelo signatário da ata de que trata o item 5.6, observado o disposto no referido item, ficará facultado à Administração convocar os fornecedores remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para contratação nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.8.1. Na hipótese de nenhum dos fornecedores que tenham aceitado cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nas condições propostas pelo primeiro classificado nos termos da subdivisão acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra o instrumento convocatório mencionado no item 1.1, poderá:

5.8.1.1. Convocar para negociação os fornecedores remanescentes que tenham mantido sua proposta original, quando houver, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

5.8.1.2. Adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, observado o disposto nas subdivisões deste item 5 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.9. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

5.10. No prazo de validade deste instrumento, o(s) órgão(s) ou entidade(s) participante(s) não participará(ão) em outra ata de registro de preços com o mesmo objeto, salvo na hipótese do inciso VIII do caput do art. 82 da Lei nº 14.133, de 2021, quando for o caso.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do(s) item(ns) registrado(s), nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.2. É previsto reajustamento dos preços registrados nesta ata, observados os mesmos critérios estabelecidos no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 para o reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente.

6.2.1. Caso seja(m) realizado(s) reajustamento(s) dos preços desta ata, somente caberá

### **Superintendência do Hospital das Clínicas**

Av. Prof. Mário Rubens Guimarães Montenegro, s/n | Unesp Campus de Botucatu  
CEP: 18.618-687 | Botucatu | São Paulo | Brasil  
Tel. (14) 3811-6215 | 3811-6218 | 3811-6100  
www.hcfmb.unesp.br | superintendencia.hcfmb@unesp.br  
Núcleo de Compras | Tel. (14)3811-6086 | pregao.hcfmb@unesp.br

reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente se forem observados os requisitos especificados no respectivo instrumento, e for ultrapassado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado a partir dos efeitos do último reajustamento dos preços desta ata anterior à celebração da referida contratação. No caso de reajustamento(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos do último reajustamento.

### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

6.3. É vedado:

6.3.1. efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços;

6.3.2. restabelecer os quantitativos que já tenham sido contratados desta ata de registro de preços quando da prorrogação de que trata o item 5.1.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1.1 Quando, por motivo superveniente, o preço registrado se tornar superior àquele praticado no mercado, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a sua redução.

7.1.1. Quando for exitosa a negociação a que alude a subdivisão acima, o órgão ou entidade gerenciadora comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que realizem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.2. O fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas, caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado.

7.1.2.1. Na hipótese prevista na subdivisão acima, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 9.1.3.

7.1.2.1.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa, caso, nas negociações a que alude a subdivisão acima, os fornecedores do cadastro de reserva não aceitem reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.2. Quando o preço praticado no mercado se tornar superior ao preço registrado, o fornecedor poderá requerer ao órgão ou entidade gerenciadora a alteração do preço registrado, desde que observe os requisitos especificados no item 7.2.1.

7.2.1. O requerimento a que alude o item 7.2 deverá observar o disposto no item 6.1 e estar acompanhado de:

7.2.1.1. prova de fato superveniente que impossibilite o cumprimento do compromisso registrado nesta ata;

7.2.1.2. documentação comprobatória da inviabilidade de manutenção do preço registrado.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação dos requisitos especificados nos itens 7.2 e 7.2.1:

7.2.2.1. o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora;

7.2.2.2. o fornecedor deverá cumprir o compromisso registrado na ata sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, em especial aquelas previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

### **Superintendência do Hospital das Clínicas**

Av. Prof. Mário Rubens Guimarães Montenegro, s/n | Unesp Campus de Botucatu  
CEP: 18.618-687 | Botucatu | São Paulo | Brasil  
Tel. (14) 3811-6215 | 3811-6218 | 3811-6100  
www.hcfmb.unesp.br | superintendencia.hcfmb@unesp.br  
Núcleo de Compras | Tel. (14)3811-6086 | pregao.hcfmb@unesp.br

7.2.3. Quando realizado o cancelamento do registro do fornecedor a que alude a alínea “b” do item 7.2.2, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.6.

7.2.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do item 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa, caso não obtenha êxito nas negociações a que alude a subdivisão acima.

7.2.4. Quando forem comprovados os requisitos estabelecidos nos itens 7.2 e 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora:

7.2.4.1. alterará o preço registrado, observados os valores praticados pelo mercado, no limite do impacto causado pelos fatos supervenientes ensejadores da inviabilidade de manutenção do preço inicial;

7.2.4.2. comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes desta ata de registro de preços, para eventual alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta ata de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes do registro de preços e, caso seja admitida a adesão no item 4 deste instrumento, órgãos ou entidades não participantes, nas seguintes condições:

8.1.1. de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.1.2. de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, caso seja admitida a adesão no item 4 deste instrumento, hipótese em que serão observados os limites previstos no art. 86 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para fins do remanejamento.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora somente autorizará o remanejamento solicitado que seja justificado pelo solicitante, se houver prévia anuência do fornecedor e do órgão ou entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará o registro do fornecedor quando este:

a) descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

b) se recusar a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração sem justificativa aceitável;

c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 7.2.2; ou

d) for apenado com sanção prevista no inciso III do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, aplicada no âmbito da Administração Pública do Estado de São Paulo, ou sanção prevista no inciso IV do caput do mesmo artigo.

9.1.1. Na hipótese a que alude a alínea “d” da subdivisão anterior, caso a penalidade aplicada ao

### **Superintendência do Hospital das Clínicas**

Av. Prof. Mário Rubens Guimarães Montenegro, s/n | Unesp Campus de Botucatu

CEP: 18.618-687 | Botucatu | São Paulo | Brasil

Tel. (14) 3811-6215 | 3811-6218 | 3811-6100

www.hcfmb.unesp.br | superintendencia.hcfmb@unesp.br

Núcleo de Compras | Tel. (14)3811-6086 | pregao.hcfmb@unesp.br

fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência desta ata de registro de preços, o órgão ou entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, sendo vedadas novas contratações derivadas desta ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.1.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

9.1.3. Quando for cancelado o registro do fornecedor, o órgão ou entidade gerenciadora poderá convocar os fornecedores que compõem o cadastro de reserva, observados a ordem de classificação e o disposto no item 5.6.

9.1.4. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9.2. O órgão ou entidade gerenciadora poderá, justificadamente, cancelar, total ou parcialmente, os preços registrados nesta ata de registro de preços:

a) por razão de interesse público;

b) a pedido do fornecedor, à vista de prova da ocorrência superveniente de caso fortuito ou força maior que impossibilitem o cumprimento do compromisso registrado; ou c) se não houver êxito nas negociações, nos termos dos itens 7.1.2.1.1 e 7.2.3.1. .

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento desta Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

10.1.1. As sanções cabíveis também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

10.2. É da competência do órgão ou entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10.3. É da competência do respectivo órgão ou entidade participante, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10.4. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora as ocorrências de que trata o item 9.1.4, para a finalidade indicada nessa disposição.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. Os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços estarão obrigados a celebrar as contratações que dela poderão advir nas condições estabelecidas, observado o disposto no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 e neste instrumento.

11.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a celebrar contratações decorrentes desta ata de registro de preços, observando-se o disposto no item 5.9.

11.2. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão ou

### **Superintendência do Hospital das Clínicas**

Av. Prof. Mário Rubens Guimarães Montenegro, s/n | Unesp Campus de Botucatu

CEP: 18.618-687 | Botucatu | São Paulo | Brasil

Tel. (14) 3811-6215 | 3811-6218 | 3811-6100

www.hcfmb.unesp.br | superintendencia.hcfmb@unesp.br

Núcleo de Compras | Tel. (14)3811-6086 | pregao.hcfmb@unesp.br

entidade interessada mediante a emissão de nota de empenho.

11.2.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo fornecedor para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, o órgão ou entidade interessada verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

11.2.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o fornecedor será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

11.2.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL". Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

11.2.4. Com a finalidade de verificar se o fornecedor mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.2.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

11.2.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo fornecedor anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 ou na documentação que o integra como Anexo;

11.2.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o fornecedor com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa);

11.3. O fornecedor terá o prazo de 2 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.3.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração;

11.3.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

11.3.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica o reconhecimento pelo fornecedor:

11.3.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

11.3.3.2. de que está vinculado às previsões contidas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 e seus Anexos e à sua proposta;

**Superintendência do Hospital das Clínicas**

Av. Prof. Mário Rubens Guimarães Montenegro, s/n | Unesp Campus de Botucatu  
CEP: 18.618-687 | Botucatu | São Paulo | Brasil  
Tel. (14) 3811-6215 | 3811-6218 | 3811-6100  
www.hcfmb.unesp.br | superintendencia.hcfmb@unesp.br  
Núcleo de Compras | Tel. (14)3811-6086 | pregao.hcfmb@unesp.br

11.3.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

11.3.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.3.3.5. dos direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.3.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação.

11.3.3.7. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.4. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos na documentação que integra o instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.5. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de item(ns) específico(s) do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 01 (uma) via, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelo(a) representante do órgão ou entidade gerenciadora e pelo(as) representante(s) do(s) fornecedor(es) registrado(s), e por testemunhas, todos abaixo identificados.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

**Superintendência do Hospital das Clínicas**

Av. Prof. Mário Rubens Guimarães Montenegro, s/n | Unesp Campus de Botucatu  
CEP: 18.618-687 | Botucatu | São Paulo | Brasil  
Tel. (14) 3811-6215 | 3811-6218 | 3811-6100  
www.hcfmb.unesp.br | superintendencia.hcfmb@unesp.br  
Núcleo de Compras | Tel. (14)3811-6086 | pregao.hcfmb@unesp.br

**ANEXO V**

**TERMO DE COMODATO Nº .....**

**PROCESSO Nº 143.00007598/2026-35**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90191/2026**

Termo de Comodato que entre si celebram o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu e a empresa .....

Aos ..... dias do mês de ..... de ....., nesta cidade de Botucatu/SP compareceram de um lado o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu – HCFMB, sito à Rua Mario Rubens Guimarães Montenegro, s/n - Distrito de Rubião Júnior, nesta mesma cidade, Estado de São Paulo, CEP 18607-621, inscrito no CNPJ sob nº 12.474.705/0001-20, neste ato representado pelo(a) José Carlos Souza Trindade Filho, no uso da competência que lhe foi conferida, doravante denominado simplesmente COMODATÁRIO, de outro lado a empresa ..... (nome da empresa), com sede ..... (end. empresa), inscrita no CNPJ sob o nº ....., doravante designada COMODANTE, neste ato representada por seu ....., Sr. .... (cargo e nome), portador do RG nº ....., CPF ....., e pelos mesmos foi dito na presença das testemunhas ao final consignadas, que têm, entre si, justo e avençado e celebram por força do presente instrumento um COMODATO amparado no Código Civil Brasileiro, Lei 14.133/2021 e atualizações posteriores, de:....., **COMPATÍVEL(EIS) COM O**

**ITEM(NS) abaixo:**

ITEM: .....

QUANTIDADE: .....

UNIDADE: .....

DESCRIÇÃO DO MATERIAL: .....

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA EMPRESA**

A COMODANTE é fornecedora dos materiais relativos ao(s) item(ns) de nº ....., cuja compra é proveniente do processo administrativo nº ..... do procedimento na modalidade de Pregão Eletrônico.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A COMODANTE é titular e legítima possuidora dos aparelhos dados em comodato, sendo que os mesmos devem ser compatíveis com os produtos cotados fornecidos ao Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu-HCFMB pela COMODANTE.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

A COMODANTE aceita dar em COMODATO ao COMODATÁRIO os equipamentos que serão

**Superintendência do Hospital das Clínicas**

Av. Prof. Mário Rubens Guimarães Montenegro, s/n | Unesp Campus de Botucatu

CEP: 18.618-687 | Botucatu | São Paulo | Brasil

Tel. (14) 3811-6215 | 3811-6218 | 3811-6100

www.hcfmb.unesp.br | superintendencia.hcfmb@unesp.br

Núcleo de Compras | Tel. (14)3811-6086 | pregao.hcfmb@unesp.br

utilizados pelos diversos setores do Hospital.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

A COMODANTE dá em comodato a título gratuito, o(s) equipamento(s) acima descrito(s) para uso pelas diversas unidades e setores do COMODATÁRIO, pelo período de 12 (doze) meses.

O prazo anteriormente apontado poderá ser prorrogado até enquanto durarem os estoques dos produtos adquiridos da COMODANTE pelo COMODATÁRIO.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

O COMODATÁRIO recebe os produtos para utilização exclusiva, nos termos deste termo de comodato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

Os produtos permanecerão nas dependências do COMODATÁRIO, ficando este responsável por informar ao COMODANTE, quando necessário, os locais onde se encontram os equipamentos.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E RESCISÃO**

O prazo deste termo de comodato é de 12 (doze) meses consecutivos e ininterruptos, contados da data de sua assinatura, em conformidade com o previsto na Ata de Registro de Preços nº ..... do Pregão Eletrônico nº ....., porquanto o presente termo de comodato é acessório daquela, ou enquanto durarem os estoques dos produtos adquiridos da COMODANTE pelo COMODATÁRIO.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A COMODANTE não poderá rescindir unilateralmente o presente termo de comodato, tampouco suspender o uso e gozo dos aparelhos comodatados antes de findo o prazo de vigência deste instrumento legal.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS**

A COMODANTE deverá fornecer ..... (descrição equipamentos comodatados), COMPATÍVEIS COM OS ITENS descritos anteriormente, em regime de comodato, sem nenhum ônus para o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu – HCFMB, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A COMODANTE se obriga a entregar os equipamentos comodatados de acordo com as condições previstas no Edital e demais documentos constantes do Processo nº ....., sendo que todos os itens fornecidos em comodato deverão ser compatíveis com os materiais fornecidos.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

A COMODANTE prestará garantia e assistência técnica para os equipamentos dados em comodato de acordo com as seguintes condições:

a) O prazo de garantia, para o(s) equipamento(s) oferecido(s) em comodato, deverá ser de, no

**Superintendência do Hospital das Clínicas**

Av. Prof. Mário Rubens Guimarães Montenegro, s/n | Unesp Campus de Botucatu  
CEP: 18.618-687 | Botucatu | São Paulo | Brasil  
Tel. (14) 3811-6215 | 3811-6218 | 3811-6100  
www.hcfmb.unesp.br | superintendencia.hcfmb@unesp.br  
Núcleo de Compras | Tel. (14)3811-6086 | pregao.hcfmb@unesp.br

mínimo, 12 (doze) meses contados da data de instalação dos equipamentos.

b) Prestar assistência técnica gratuitamente, incluindo a mão de obra e reposição de peças, manutenção preventiva calibração e avaliação de segurança elétrica (ASE), quando necessário.

c) A COMODANTE deverá agendar junto ao COMODATÁRIO as visitas preventivas e de manutenção a serem realizadas seguindo a indicação de periodicidade do fabricante, sem ônus adicional para a unidade contratante.

d) Os equipamentos fornecidos em comodato deverão ser compatíveis com os materiais a serem fornecidos, estarem em linha de fabricação, e deverão ser instalados nos locais a serem estabelecidos pelo COMODATÁRIO, em perfeitas condições de uso e funcionamento, sem qualquer despesa adicional para o COMODATÁRIO.

e) Fornecer os equipamentos e produto(s) necessários para execução do objeto licitado, nas mesmas condições até o final da utilização de todos os produtos adquiridos através da respectiva Ata de Registro de Preços, mesmo que para isto seja ultrapassado o prazo final de vigência da referida Ata de Registro de Preços.

f) Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo órgão licitante, atendendo às reclamações, durante todo o período de garantia dos bens entregues.

g) Fornecer ao COMODATÁRIO, manuais técnicos e operacionais, em português, do equipamento fornecido em comodato.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO COMODATÁRIO**

1. O COMODATÁRIO se compromete a conservar, como se seus fossem, os equipamentos emprestados, não podendo usá-los senão de acordo com o termo de comodato ou a natureza dele, sob pena de dar causa à rescisão do presente termo de comodato.

2. O COMODATÁRIO se obriga a operar e usar os produtos conforme instruções fornecidas em treinamento pela COMODANTE, respondendo pelos danos causados aos equipamentos, devido a sua má utilização, devendo a própria COMODANTE fazer a manutenção dos aparelhos nas instalações do COMODATÁRIO.

3. O COMODATÁRIO não poderá locar, sublocar, ceder os equipamentos e nem ceder este termo de comodato, sob pena de rescisão imediata do mesmo.

4. Os equipamentos deverão ser devolvidos à COMODANTE, nas mesmas condições em que foram recebidos, ressalvado apenas o desgaste decorrente do uso normal dos aparelhos, sendo que a COMODANTE se responsabilizará pela retirada dos equipamentos.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO COMODANTE**

A COMODANTE, obriga-se a:

1. Disponibilizar os equipamentos comodatados de acordo com as condições estabelecidas no Projeto Básico, acompanhados de Nota Fiscal de Remessa.

2. A manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos será de responsabilidade exclusiva da COMODANTE, sem que onere o COMODATÁRIO em qualquer hipótese;

3. O não comparecimento de técnico habilitado da COMODANTE no prazo previsto, acarretará em multa contratual a ser cobrada na fatura, conforme Cláusula Sétima deste contrato, subitem 2, pelo prejuízo do não funcionamento dos equipamentos, ocasionando prejuízos aos pacientes internados.

#### **Superintendência do Hospital das Clínicas**

Av. Prof. Mário Rubens Guimarães Montenegro, s/n | Unesp Campus de Botucatu

CEP: 18.618-687 | Botucatu | São Paulo | Brasil

Tel. (14) 3811-6215 | 3811-6218 | 3811-6100

www.hcfmb.unesp.br | [superintendencia.hcfmb@unesp.br](mailto:superintendencia.hcfmb@unesp.br)

Núcleo de Compras | Tel. (14)3811-6086 | [pregao.hcfmb@unesp.br](mailto:pregao.hcfmb@unesp.br)

4. Cabe à COMODANTE garantir ao COMODATÁRIO, durante todo o período de vigência do contrato, o uso e gozo dos bens comodatados.
5. A COMODANTE se responsabiliza, durante todo o período de vigência do contrato, pela troca dos equipamentos que apresentarem defeito não resolvido, sempre que solicitado pelo COMODATÁRIO, sem custo adicional para o COMODATÁRIO.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO E MULTA**

1. O termo de comodato poderá ser rescindido, na forma, com as consequências e pelos motivos previstos nos artigos 137 a 139, 147 a 150 e 155 a 163, da Lei Federal nº 14.133/2021.
2. O COMODATÁRIO poderá rescindir, total ou parcialmente, o presente comodato a qualquer tempo, ficando obrigado a restituir os equipamentos à COMODANTE no mesmo estado de conservação que lhe foram entregues, ressalvado apenas o desgaste decorrente do uso normal dos equipamentos, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias, a contar da data do seu pedido de cancelamento por escrito.
3. Caso a COMODANTE deixe de atender o chamado do COMODATÁRIO para a manutenção corretiva nos equipamentos ou substituição imediata dos mesmos, acarretará em multa contratual a ser cobrada na fatura, além do ressarcimento ao COMODATÁRIO com gastos extras. A multa, nessa hipótese, será correspondente a 1% (um por cento) calculado sobre o valor da equipamento constante da Nota de Remessa por dia de atraso na correção do defeito, até o limite de 05 (cinco) dias, sendo que após este prazo será cobrada multa de 20% sobre o valor do equipamento, caracterizando inexecução parcial do termo de comodato.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

1. Consideram-se partes integrantes do presente Termo de Comodato, como se nele estivessem transcritos:
  - 1.1. o Edital mencionado no preâmbulo e seus anexos.
  - 1.2. a proposta apresentada pela COMODANTE;
2. Aplicam-se às omissões deste termo de comodato as disposições normativas pertinentes.

#### **CLÁUSULA NONA - DO FORO**

Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste termo de comodato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca de Botucatu do Estado de São Paulo. E assim, por estarem às partes de acordo, justas e contratadas, foi lavrado o presente termo em 1 (uma) via de igual teor e forma, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas e assinadas.

LOCAL E DATA

#### **COMODATÁRIO:**

Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu-HCFMB  
Representante Legal

#### **Superintendência do Hospital das Clínicas**

Av. Prof. Mário Rubens Guimarães Montenegro, s/n | Unesp Campus de Botucatu  
CEP: 18.618-687 | Botucatu | São Paulo | Brasil  
Tel. (14) 3811-6215 | 3811-6218 | 3811-6100  
www.hcfmb.unesp.br | superintendencia.hcfmb@unesp.br  
Núcleo de Compras | Tel. (14)3811-6086 | pregao.hcfmb@unesp.br

**HOSPITAL DAS CLÍNICAS  
FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU – HCFMB**



COMODANTE:

Empresa: .....

CNPJ: .....

Representante Legal: .....

Cargo: .....

Assinatura: \_\_\_\_\_

TESTEMUNHA:

**Superintendência do Hospital das Clínicas**

Av. Prof. Mário Rubens Guimarães Montenegro, s/n | Unesp Campus de Botucatu

CEP: 18.618-687 | Botucatu | São Paulo | Brasil

Tel. (14) 3811-6215 | 3811-6218 | 3811-6100

[www.hcfmb.unesp.br](http://www.hcfmb.unesp.br) | [superintendencia.hcfmb@unesp.br](mailto:superintendencia.hcfmb@unesp.br)

Núcleo de Compras | Tel. (14)3811-6086 | [pregao.hcfmb@unesp.br](mailto:pregao.hcfmb@unesp.br)